

# O leviatã verde-oliva: a centralização estatal do regime militar e seu impacto no setor elétrico do Espírito Santo.<sup>1</sup>

*The olive-green leviathan: the state centralization of the military regime and its impact on the electricity sector of Espírito Santo*

Jayme Karlos Reis Lopes \*<sup>1</sup>

**Palavras-chave:**

Regime Militar;  
Industrialização;  
Eletricidade;  
Espírito Santo;  
Elites;  
Modernização.

**Resumo:** Neste artigo, exploramos as influências do regime militar na expansão do sistema elétrico capixaba. Ela foi realizada a partir das investigações de doutoramento em ciências sociais pela PUC-Rio, e considera centralmente o peso do Estado nacional ditatorial (1964-1985) na política e no desenvolvimento econômico regional, tendo as elites regionais exercido importante papel estratégico no planejamento, nas negociações e na implementação da industrialização no estado do Espírito Santo. Ao que nos parece, desenvolvimento industrial nacional, forças políticas regionais e energia elétrica, parecem se revelar dimensões que assumem sua forma final sob a coordenação do Estado nacional desenvolvimentista ditatorial, impactando de forma característica as dinâmicas em ambiente federativo, com profundas desigualdades regionais. Situação que historicamente mostra ter beneficiado a cooptação dos grupos políticos das regiões menos desenvolvidas da federação, como o Espírito Santo, para o desenho de um conjunto de ações de políticas econômicas nacionais.

**Keywords:**

Industrialization;  
Electricity;

**Abstract:** *In this paper, we explore the influences of the military regime on the expansion of the Espírito Santo electrical system. It was carried out based on doctoral investigations in social*

---

<sup>1</sup> Recebido em 18/01/2022. Aceito em 01/06/2022.

\*<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais na PUC-Rio; mestre em Antropologia Social e Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). E-mail: [jaimereis@ymail.com](mailto:jaimereis@ymail.com).

*Military Regime;  
Espírito Santo;  
Elites;  
Modernization.*

*sciences by PUC-Rio, it centrally considers the weight of the dictatorial national state (1964-1985) in politics and regional economic development, the regional elites played an important strategic role in the planning, negotiations, and implementation of industrialization in the state of Espírito Santo. It seems to us that national industrial development, regional political forces and electricity seem to reveal dimensions that take their final form under the coordination of the dictatorial developmentalist national state, impacting in a characteristic way the dynamics in a federative environment, with deep regional inequalities. A situation that historically shows to have benefited the co-option of political groups from the less developed regions of the federation, such as Espírito Santo, to design a set of actions for national economic policies.*

## **Introdução**

Este artigo pretende analisar as influências do regime militar na expansão do sistema elétrico capixaba. Para tanto, serão consideradas a vocação desenvolvimentista que caracterizou o Estado nacional brasileiro durante a ditadura militar, bem como precária situação econômica do estado do Espírito Santo, que se mantinha refém dos projetos nacionais de desenvolvimento.

Esta pesquisa, realizada a partir das investigações de doutoramento em ciências sociais pela PUC-Rio, considerou centralmente o peso da dimensão política neste processo, tendo exercido as elites regionais importante papel estratégico no planejamento, nas negociações e na implementação da industrialização no estado do Espírito Santo.

Neste contexto, a crise político-institucional que deu origem ao golpe de 1964, teve uma importância significativa para a implantação de reformas no setor elétrico, que, por um lado, incorporaram o sentido autoritário resultante do movimento militar e, por outro, atenderam a necessidade de reorganização do investimento público de modo a adequá-lo ao estágio alcançado pela economia brasileira. Assim, a legislação e a dinâmica institucional deixaram de expressar a ordenação das relações entre o poder público e o setor privado, e passaram a desenvolver-se sob a órbita do Estado e da empresa pública federal.

A importância do período de 1964 a 1985 se dá pela centralização nacional do projeto de desenvolvimento econômico, o que repercutiu na forma de articulação das elites locais buscando a manutenção de sua participação nos caminhos tomados pelo setor elétrico regional.

Algumas questões neste contexto não devem ser negligenciadas. Primeiro, a presença do Estado como fomentador do projeto de modernização do país neste período, depois, as desigualdades das mesmas economias

regionais, que determinaram a aplicação de distintas políticas industriais, e também, a importância do desenvolvimento do setor de energia elétrica para o processo de industrialização. Dentro disso, ao que nos parece, desenvolvimento industrial nacional, forças políticas regionais e energia elétrica revelam-se em dimensões que assumem sua forma final sob a coordenação do Estado nacional do regime militar.

Essa dinâmica que historicamente beneficiou a cooptação, sobretudo dos grupos políticos das regiões menos desenvolvidas da federação, para o desenho de um conjunto de ações de políticas econômicas que garantiram o poder do Estado Nacional na medida em que suas relações com o poder central foram de colaboração/ subordinação.

O jogo político que se desenvolve aí consiste em um processo de negociação continuada entre a administração federal e administrações regionais subalternas. Tal processo se torna o principal canal para acesso a benefícios e privilégios sob controle do Estado, sendo, inclusive, um dos caminhos mais importantes para a própria manutenção de poder em momentos de mudanças ou rupturas, em um processo de modernização conservadora<sup>2</sup>.

Iniciaremos os debates deste artigo tratando das transformações ocorridas no Estado brasileiro durante o regime militar, avançando a seguir, na análise dos impactos das transformações do Estado brasileiro durante seu processo de modernização, na organização do sistema elétrico do estado do Espírito Santo.

### **As transformações do Estado no regime militar**

Importante dizer que a crise político-institucional que deu origem ao golpe de 1964 teve uma importância significativa para a implantação de reformas no setor elétrico que, por um lado, incorporaram o sentido autoritário resultante do movimento militar e, por outro, atenderam a necessidade de reorganização do investimento público, de modo a adequá-lo ao estágio alcançado pela economia brasileira. Assim, a legislação e a dinâmica institucional deixaram de expressar a ordenação das relações entre o poder público e o setor privado, e passaram a desenvolver-se sob a órbita do Estado e da empresa pública federal. A este respeito segundo Schuwartz e Starling, o golpe militar foi

moldado através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso (2015, p. 449).

---

<sup>2</sup> MOORE JR, 1967; RE:

Além disso, é possível dizer que o novo regime utilizou o desempenho econômico como critério básico de legitimidade, entrando em cena a ideia de eficiência empresarial, dando às instituições econômicas ascendência com relação às outras instituições públicas nacionais (RAPOSO, 2011, p. 94).

No caminho dos novos instrumentos de política econômica, deu-se início ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), executado durante o período de 1964-1966. Esse plano tinha como principais objetivos acelerar o desenvolvimento econômico e incluir, entre outras coisas, a expansão das empresas públicas federais. O Estado ditatorial militar buscava, assim, expandir suas intervenções na vida econômica e social, além de descentralizar as atividades do setor público, criando órgãos da "administração indireta"<sup>3</sup>, implicando uma maior autonomia e delegação de autoridade.

Como reflexo desta busca por autonomia, foi publicado o Decreto-Lei nº 200 de 1967, que marcou a implementação de uma segunda reforma administrativa<sup>4</sup>. Esse decreto inseriu a descentralização na prestação de serviços públicos, levando às transferências de atividades que eram realizadas pela administração direta do executivo para as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Este decreto pode ser compreendido também como o aprofundamento de um modelo de administração pública gerencial.

No governo do Gen. Costa e Silva (1967 a 1969) foi criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que ficou responsável por apontar a

---

<sup>3</sup> Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. São entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

<sup>4</sup> Para Capobianco (2010), a primeira reforma administrativa ficou conhecida como Reforma Burocrática de 1936, tendo como característica a ênfase na reforma nas atividades de administração geral, montando um corpo burocrático clássico, de funcionários do Estado, não contemplando, porém, as atividades substantivas. Pautou-se na teoria administrativa que consagrava a existência de "princípios de administração", adotando a modernização da máquina pública como norte central.

necessidade de um crescimento ordenado, essencialmente na indústria de bens de produção e de bens de capital. Foi o momento inicial de uma mudança no modelo normativo da política industrial entre os anos 1970 e aos anos 1980.

A modernização e a racionalização das instituições administrativas em âmbito nacional compuseram parte importante do receituário empregado pelo governo militar para o relançamento do país em uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, no qual aprofunda-se o processo de industrialização baseado no chamado modelo do tripé: empresa nacional, empresa estrangeira e um forte setor estatal (DINIZ, 2010).

O ex-ministro de Minas e Energia entre 1964 e 1967, Mauro Thibau, em entrevista, faz uma análise a respeito do relacionamento entre o setor elétrico e o momento de mudança na administração pública. Ele aponta que havia a necessidade de se definir uma doutrina política para o setor, no sentido de resguardar a iniciativa privada dentro das reformas propostas pelo governo federal, ou mesmo de criar uma empresa brasileira semelhante à Electricité de France<sup>5</sup>. Thibau afirma que chegou a pensar em centralizar toda a geração e transmissão na Eletrobrás, “que seria a única entidade capaz de assegurar autoridade e responsabilidade permanentes” (THIBAU, 1997, p. 174).

Tanto nos esforços de aprofundamento de um modelo de administração gerencial quanto na tentativa de aprofundar o planejamento do desenvolvimento econômico estatal, é possível dizer que o setor elétrico foi o de maior atuação no regime militar – e a consolidação da Eletrobrás talvez tenha sido a maior amostra disso.

Como resultado, tem início um novo período na história do setor elétrico, com apoio integral tanto político quanto econômico da União. Uma das primeiras ações neste momento foi a criação de uma correção monetária que possibilitou a retificação dos ativos das empresas. Também foi reajustado o valor da tarifa de energia elétrica, fazendo crescer o volume de recursos financeiros disponíveis para investimento do setor.

Este período também foi marcado pela nacionalização da American & Foreign Power Company (AMFORP) em 1964, e a subsequente partilha de suas 10 subsidiárias entre as empresas estaduais de energia até o ano de 1968, o que levou ao fortalecimento destas empresas regionais. Nas palavras de Mauro Thibau, “ocorria o que John Cotrim denominou de ‘cemiguite’, ou seja, em face do êxito da CEMIG, cada estado queria ter sua empresa de energia elétrica” (Idem, 1997, p. 173).

---

<sup>5</sup> Empresa estatal francesa responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na França.

Em 1967 foi criado o Sistema Nacional de Eletrificação, sob o comando da Eletrobrás. Vai definindo-se, assim, a disposição governamental de transformar as empresas estaduais em instituições com capacidade financeira e técnica para interligar as zonas econômicas locais, processo que foi concluído apenas em 1979, com a compra da Light e o encerrando da participação dela e da AMFORP no setor elétrico nacional, passando, então, as empresas subsidiárias das empresas para o controle de seus respectivos governos estaduais.

Em 1968 foi criada a Eletrosul, e em 1973 a Eletronorte, como geradoras de energia a nível regional. Já em 1973 foi criada a Itaipu Binacional, passando o controle da hidrelétrica e de outras empresas para Eletrobrás, além de consolidar o papel das empresas como agência de planejamento, financiamento e *holding* federal no setor elétrico, atuando em todo o território nacional.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí também se coloca como grande projeto federal deste período. Seu planejamento foi feito dentro da Eletrobrás através do Plano de Expansão para as Regiões Sul e Sudeste até 1990 – ou Plano 90 –, levando em consideração um ritmo de crescimento do consumo de energia elétrica superior a 12% a.a. no período de 1975-1980 e em torno de 10% a.a. no período de 1980-1990.

O Plano 90 foi o primeiro plano a estudar de forma global os sistemas elétricos interligados no Brasil. A ideia era adequar a capacidade instalada de energia ao crescimento projetado econômico do país. Estas projeções sinalizaram para uma expansão da capacidade instalada da ordem de 30.000 MW até o final de 1980.

além da construção da Usina de Itaipu, o plano previa a implantação de usinas de grande porte, com destaque para Tucuruí (4.000 MW), no Rio Tocantins, primeiro grande empreendimento da região amazônica; Itaparica (2.500 MW), Sobradinho (1.050 MW) e Paulo Afonso IV (2.500 MW), todas no Rio São Francisco; Itumbiara (2.100 MW), Emborcação (1.000 MW) e Porto Primavera (1.800 MW) na região Sudeste; Salto Santiago (2.000 MW), Foz de Areia (2.500 MW) e Ilha Grande (2.000 MW) na região Sul” (LANDI, 2006, p. 55).

Neste cenário, o Ministério das Minas e Energia (MME), o Comitê de distribuição da Região Sul-Sudeste (CODI) e o Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste (CCON), como consequência dos resultados alcançados pelas ações dos Grupos Coordenadores para Operações Interligadas (GCOI), conduzem a interligação elétrica brasileira, além dos limites das regiões Sudeste

e Sul, e promovem a evolução deste modelo dentro das zonas de distribuição de energia<sup>6</sup>.

Ao final de 1979, todo o processo de institucionalização já havia sido concluído. As principais organizações, como a Eletrobrás e empresas por ela controladas, bem como as empresas de energia elétrica estaduais e os diversos fornecedores de bens e serviços já estavam estabelecidos, levando a um aumento da capacidade instalada de energia elétrica, entre 1962 e 1979 de 388,22% (CMEB, 1995 p.144).

A Eletrobrás teve um papel preponderante também nas iniciativas adotadas e no suporte técnico, material e financeiro às empresas concessionárias que compunham o sistema elétrico brasileiro. Sua presença foi marcante em todas as regiões do país.

A estrutura existente desde a década de 1970, com a implementação de um sistema de transmissão rigidamente interligado em todas as regiões do país, criou as bases para as tendências do sistema elétrico público e privado atual.

Mas um outro lado desta história é que os instrumentos das políticas, que antes serviam à instrumentalização do setor elétrico e da industrialização nacional, passaram também a ser administrados de acordo com os objetivos da estabilização macroeconômica. Para complicar o cenário, o esforço da administração pública na sustentação do crescimento da economia foi praticamente isolado, o capital privado nacional não investiu mais que do que era pedido e o capital privado estrangeiro era escasso, já que boa parte dos países do capitalismo central estava em crise.

Até fins dos anos 1980, restrições por parte da política econômica fecharam o acesso a importações. Além disso, exportações foram subsidiadas, investimentos públicos em infraestrutura foram reduzidos, orçamentos públicos para financiamento industrial foram drasticamente cortados, incentivos de fomento também foram reduzidos e os controles de preços e tarifas públicas ficaram mais apertados. E, com o primeiro e segundo choques do petróleo<sup>7</sup> e a crise financeira internacional, é configurado um cenário de extrema dificuldade, tanto no setor interno como no externo. O setor de energia elétrica foi obrigado, então, a viver sob todas essas restrições e constrangimentos de ordem econômico-financeira (LIMA, 1995).

Ao final da década de 1980, o setor de energia elétrica chegaria à situação de quase insolvência. Curiosamente, é também o período em que as

---

<sup>6</sup> Para um amplo panorama do processo de construção do setor, acessar *Caminhos da Modernização: cronologia da Energia Elétrica no Brasil (1879-2007)*, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>7</sup> Que se inicia em 1979.

estruturas institucionais do setor estavam enraizadas como nunca nas próprias estruturas constitutivas do Estado nacional brasileiro. Como aponta Jose Camilo Pena:

A grande dificuldade que Furnas viveu no plano das realizações foi o fim dos governos estaduais biônicos. Esses governos tinham certa coerência com o governo federal. Com a democracia e a eleição dos governadores por voto direto, a estabilidade do sistema federal de energia elétrica e de Furnas passou a ser seriamente contestada e mesmo ameaçada. Vejo graves dificuldades de o sistema estatal sobreviver na democracia. O sistema estadual cresceu e teve sucesso nos regimes militares fechados” (Idem, 1995, p. 243).

### **Uma modernização a partir do nacional e os interesses no desenvolvimento do setor elétrico capixaba.**

Segundo Oliveira (2018), é possível dizer que o golpe militar que se abate sobre o Brasil em 1º de abril de 1964 não encontrou grande resistência no Espírito Santo. Boa parte das forças políticas do Espírito Santo, incluindo a quase totalidade do PSD e dos partidos que estavam relacionados à Coligação Democrática, apoiaram direta ou indiretamente o golpe militar, tais como: Jones dos Santos Neves (PSD), Carlos Lindenberg (PSD), João Calmon (PSD), João Parente Frota (PSD), Christiano Dias Lopes Filho (PSD), Raul Gilberti (PSP), Asdrúbal Soares (PSP), Eurico Resende (UDN), Floriano Rubin (PTB) e Isaac Rubin (PTB).

Isso porque, naquelas circunstâncias, o cálculo político, para não se perder o mandato ou o cargo, era apoiar o Golpe de Estado. Sem falar que, mesmo em um contexto nacional de grande turbulência, os principais jornais do Espírito Santo estavam longe das tensões e da histeria dos noticiários dos outros estados da região Sudeste. Os jornais capixabas enquanto veículos oficiais das principais elites e grupos políticos locais mostravam que no Espírito Santo existiam outros interesses mais urgentes.

Boa parte do ano de 1964, como exemplo, foi marcado pelo auge da campanha pela encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE). A campanha tem como um dos protagonistas centrais o Gen. José Parente Frota, na época também Deputado Estadual pelo PSD.

Uma parte das elites capixabas, incluindo Gen. Frota, via a possibilidade de uma encampação parecida com a que havia ocorrido no Governo Leonel Brizola (1959-1962), no Rio Grande do Sul. Nas palavras de Frota, o medo era “o movimento cair nas mãos de comunistas” (Idem, 2018, p. 66).

Contudo, a situação política nacional se deteriorava e a negociação com o governo estadunidense para a compra das empresas do grupo ANFORP acabou

sofrendo com essa situação, dando início a um imbróglio nacional com debates acalorados sobre a nacionalização das empresas.

Um debate de grande repercussão, e que teve influência em todo cenário de encampações nacional, foi aquele entre o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o economista, ex-presidente do BNDE, Roberto Campos, sobre o modelo a ser adotado na estatização das companhias de energia.

Mas a intensão declarada do governo militar era equacionar o problema da nacionalização das empresas multinacionais dos Estados Unidos da América de forma a evitar que o Brasil viesse a prejudicar-se no plano das relações internacionais (RIBEIRO, 2013). O governo federal entendia que não poderia apenas resolver os casos pendentes com o país da América do Norte, com medidas iguais às tomadas em âmbito estadual, como o que havia ocorrido com a concessionária de Porto Alegre. Assim que, em julho de 1964, foi criada uma comissão para tratar do tema que envolvia Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério das Relações Exteriores e Ministério Extraordinário para Planejamento e Coordenação Econômica. Em 18 de agosto de 1964, tais grupos entregavam um relatório ao presidente Castelo Branco, apontando que o Brasil deveria firmar acordo para a compra da AMFORP. O contrato de compra da empresa pela Eletrobrás fora, então, assinado em 14 de novembro de 1964<sup>8</sup>.

Além de todo esse quadro diplomático, político e econômico, o ponto a favor da estatização do grupo AMFORP pela Eletrobrás é que esta obedecia a um critério de integração entre empresas de energia elétrica inter-regionais que vinha sendo discutido desde o Conselho de Desenvolvimento, ainda do Governo de Juscelino Kubitschek. Desta forma, quando a CCBFE foi adquirida pela Eletrobrás, a unificação dos sistemas das duas maiores concessionárias do Espírito Santo era um passo inevitável, não apenas porque a interligação de sistemas em empresas regionais já estava prevista na legislação, mas porque, juntos, BNDE e Eletrobrás já detinham o controle acionário do capital com direito a voto da ESCELSA.

O contexto da possibilidade de encampação CCBFE já havia chegado às ruas capixabas e o boicote à empresa por meio do não pagamento da conta de luz quase havia levado a uma greve no setor. O principal jornal do Espírito Santo, *A Gazeta*, comandado pelo ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), trazia matérias e palavras de ordem em favor da encampação.

---

<sup>8</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica. Do código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: 1995, p. 188.

A nacionalização do setor elétrico começa em âmbito regional em 1964, com a aquisição pela Eletrobrás de todas as empresas do grupo AMFORP, como um dos seus pontos altos<sup>9</sup>. As empresas que pertenciam à AMFORP e atuavam no âmbito regional passaram para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua importância como atores de mudança locais.

Após passar para o controle da Eletrobrás, a subsidiária capixaba da ANFORP, CCBFE, ajustou-se para produzir maior quantidade de energia e satisfazer o aumento progressivo da carga prevista para ocorrer em seu sistema, a começar por 1966 – quando entrariam em operação o porto de embarque de minério de ferro da CVRD (Porto de Tubarão) –, que significaria sair naquele momento de 66.918kW para 170.900kW no ano de 1975.

O segundo governo Francisco Lacerda de Aguiar (1963 e 1966) estava à frente de boa parte destes projetos. Ele não foi impactado inicialmente pelo golpe militar de 1964, tendo maior parte de seu programa governamental implementado. Foi só à medida que o regime militar tomava corpo e direção, sendo reorientado os rumos políticos e econômicos país, que seu governo foi desestabilizado. Este momento de desestabilização ocorreu quando as forças políticas regionais, principalmente aquelas agregadas em torno do PSD, mesmo partido de Aguiar, articularam em nome do golpe militar meios para tirar Francisco Lacerda de Aguiar da direção do Governo.

A mídia local teve grande participação neste quadro. O Jornal *A Gazeta* vincula em 1965 denúncias sobre o Governo Lacerda de Aguiar, em torno do envolvimento dele em processos de corrupção administrativa e insinuações a respeito de possíveis ligações de Francisco Lacerda de Aguiar com elementos subversivos<sup>10</sup>.

Este imbróglio tem como desfecho a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar (PSD) em 1966 e a posse do primeiro governador biônico da ditadura no Espírito Santo, do quadro do antigo PSD, Christiano Dias Lopes (1967-1971). Vencedor do primeiro pleito indireto, Dias Lopes acentuou os objetivos desenvolvimentistas como principal política pública, impulsionando as relações com o planejamento econômico nacional. Dentro disso, colocou em voga o

---

<sup>9</sup> Processo concluído apenas em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional.

<sup>10</sup> O pronunciamento de Francisco Lacerda de Aguiar sobre sua renúncia é interessante para entender o que acontecia: [...] chegou um coronel e me disse: - 'Eu vim aqui lhe aconselhar a deixar o Governo. 'O senhor está atrapalhando a Revolução'. E eu: - 'Mas estou atrapalhando a Revolução por quê?' E ele: - 'O senhor está atrapalhando a revolução por uma razão muito simples, o senhor é muito ligado ao povo. E homens como senhor, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Arraes e Juscelino, não podem continuar atrapalhando a Revolução'. De fato, logo depois que saí eles saíram [...] (SILVA, 1986, p. 435).

plano de construção, junto à Companhia Vale do Rio Doce, de uma usina de pelotização<sup>11</sup>, além de uma siderúrgica atrelada ao porto de Tubarão.

Na questão da racionalidade administrativa, dentro da necessidade latente de modernização estatal sob a lógica desenvolvimentista, o governo Dias Lopes – tendo como base o Decreto-Lei 200 de fevereiro de 1967 sobre reforma administrativa na esfera federal e a Lei Estadual nº 2296/67, sua regulação similar no plano local – promoveu uma reformulação do setor público estadual cuja lógica visava a implementação de políticas respaldadas pelo eixo da tecnocracia.

Edmilson Felipe *et al.* (2010) afirmam que algumas das principais ações nesse sentido foram: a revitalização do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC), que a partir de 1967 fica também responsável pela elaboração e controle do orçamento estadual, e a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – CODES.

Quem assumiria o CODES seria Arthur Carlos Gerhardt Santos, que havia sido Secretário de Viação e Obras Públicas no governo transitório de Rubens Rangel<sup>12</sup>. Ele era aliado de Dias Lopes e se tornaria o segundo governador eleito indiretamente do estado, entre 1971 e 1975.

Neste momento, a participação do governo federal no contexto de desenvolvimento do estado fica ainda mais nítida. O papel da Eletrobrás na reestruturação do setor elétrico capixaba vai se aprofundando a partir do decreto 57.927 de 19 de novembro de 1965, que atribui competências para participação de cada empresa concessionária regional, sujeitando as novas concessões ao cumprimento de pré-condições básicas, tais como a inclusão do projeto no programa de obras prioritárias do Comitê centro-sul, a capacidade de absorção pelo sistema de concessionárias de energia a ser gerada e a sua capacidade de obter financiamento.

Posteriormente, o decreto 60.824, de 07 de junho de 1967, definiu melhor as competências de DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) como órgão concessor, enquanto à Eletrobras caberia a operação dos sistemas empresariais do setor elétrico, aprofundando a tendência de absorção e fusão ao recomendar a conveniência de concentração em número limitado de empresas de eletricidade e providenciando a integração destas empresas.

---

<sup>11</sup> A pelotização é o processo de compressão ou moldagem do mineiro de ferro na forma de um pellet.

<sup>12</sup> Rubens Rangel fica no cargo de governado entre a renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar, em 05 de abril de 1966 e 31 de janeiro de 1967, posse de Christiano Dias Lopes Filho.

### **A fusão entre ESCELSA e CCBFE e a criação dos fundos de desenvolvimento para o estado.**

Em decorrência da ausência de políticas de desenvolvimento nacionalmente integradas na época, via-se a possibilidade de fusão da ESCELSA/CCBFE como uma oportunidade de obter recursos públicos para o estado visando outros projetos econômicos. Tinha-se em vista, então, o planejamento em nível federal de uma industrialização associada, fortemente baseada em empreendimentos industriais de grande envergadura.

A partir disso, ocorreu a negociação entre governo do estado e Eletrobrás sobre a fusão ESCELSA/CCBFE – criando uma empresa de energia. Segundo relata Luiz Claudio Ribeiro (2013), uma das pautas desta negociação relacionava-se ao medo de que o governo do estado tinha perante a possibilidade da nova empresa ser controlada por uma afiliada da Eletrobrás de outro estado da federação, em que os interesses capixabas acabariam sendo subjugados aos interesses de outros governos estaduais – ou de outro grupo de elites políticas regionais. Além disso, outra questão era a necessidade de investimento da nova empresa em pontos do território capixaba que não seriam tão rentáveis, pequenos projetos que pudessem propiciar algum desenvolvimento econômico ao longo de todo território.

As diretrizes desta negociação foram percebidas nas mudanças administrativas na CCBFE após passar para o controle da Eletrobrás. Uma dessas mudanças foram os ajustes para as obras e previsão de aumento da capacidade energética a partir de 1967, o que faz a oferta nominal de energia da empresa subir 127%<sup>13</sup>, a partir da ampliação e conversão dos sistemas Escelsa-CCBFE, e quando concluída a construção da usina de Mascarenhas<sup>14</sup>. A fusão entre Escelsa e CCBFE, no Espírito Santo, era entendida como inevitável e cada vez mais próxima. O primeiro indício da fusão foi a substituição de Asdrúbal Soares, diretor-presidente da empresa desde 1958, por Firmo Ribeiro Dutra, do quadro técnico da Eletrobrás<sup>15</sup>. Dutra também era ex-funcionário da empresa Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), uma das empresas do grupo ANFORP, e tinha a missão de preparar a unificação dos sistemas das empresas, imprimindo condições de execução do plano de investimentos que o governo federal tinha para o Espírito Santo.

Em 27 de outubro de 1967, a Assembleia Legislativa sanciona a Lei Estadual nº 2305, que autorizava de forma definitiva a fusão da CCBFE com a

---

<sup>13</sup> De 66918 kW para 170900kw.

<sup>14</sup> Além disso, houve também a orientação por parte da Eletrobrás para a expansão do seu sistema, com linhas de transmissão entre Vitória e Governador Valadares, para a interligação plena com a rede da CEMIG, a energia produzida por Furnas e Peixoto.

<sup>15</sup> ESCELSA. Relatório da Diretoria, 1965.

Escelsa e a transferência da nova empresa para o controle federal. Já em 2 de janeiro de 1968 foi empossada uma diretoria comum às duas empresas, formada pelo presidente Carlos Alberto Pádua Amarante, figura próxima a Firmo Dutra<sup>16</sup>. Nas palavras do governador, a fusão da CCBFE com a Escelsa representava a superação de um certo atraso capixaba no contexto elétrico nacional, ele mesmo expressa a seguir:

[...] em certo momento de nossa história foi a afirmação da capacidade do capixaba para superar suas próprias necessidades e constituiu um fator extraordinário para nos retirar do imenso atraso de disponibilidades energéticas em relação ao Brasil.<sup>17</sup>

Contudo, toda esta questão da fusão da ESCELSA e CCBFE corria em paralelo à situação social e econômica do Espírito Santo na época. É importante dizer, que a correspondência do estado com os seus vizinhos naquele momento baseava-se apenas em simples proximidade geográfica, principalmente, ao serem analisados os péssimos indicadores econômicos como renda *per capita*, distribuição setorial do produto interno bruto e urbanização, o que valeu o apelido de "Nordeste sem Sudene"<sup>18</sup>. Para se ter uma ideia, em 1965 o Espírito Santo registrava uma renda *per capita* equivalente a 33,7% da renda da região Sudeste.

Diante das necessidades econômicas e sociais capixabas, foi realizado de janeiro a fevereiro de 1968 - mesmo ano de constituição da "nova" Escelsa - , o *Simpósio sobre os problemas do Espírito Santo*, realizado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. O simpósio teve como participantes o Presidente Gen. Arthur Costa e Silva, ministros e dirigentes, além de diversos representantes de órgãos federais de desenvolvimento regional.

A principal contribuição deste simpósio, refere-se às propostas apresentadas para a recuperação econômica, que apontavam para o setor industrial como o único com capacidade de desenvolver a economia capixaba, com destaque para siderurgia, atividades florestais, indústrias produtoras de insumos básicos para a construção civil, indústria de café solúvel e frigoríficos. Também se concluiu que seria necessária a ação do Estado na criação de um

---

<sup>16</sup> Luiz Claudio M. Ribeiro (2013) ressalta ainda que, mesmo após a fusão entre as empresas, foram mantidos os repasses aos principais credores, como a própria AMFORP, a Usaid, AEG-Berlim, Eximbank, BID, BNDE entre outros. Tudo isso caracterizando os interesses envolvidos no setor elétrico capixaba e as complexas relações de financiamento empreendidas pelo governo brasileiro junto a instituições de crédito e agências nacionais e internacionais.

<sup>17</sup> Mensagem do Governador Christiano Dias Lopes Filho à Assembleia Legislativa correspondente ao exercício de 1968. In: Estado do Espírito Santo: um estado em marcha para o desenvolvimento. Vitória: 1969, p.38.

<sup>18</sup> MEDEIROS, 1977, p. 19.

sistema de incentivos fiscais. A discussão e construção deste sistema ficou a cargo do Ministério do Planejamento, que, no fim de agosto de 1969, como primeira medida, levou à inclusão da parte norte do Espírito Santo na SUDENE<sup>19</sup>.

Sobre este aspecto, o então governador Christiano Dias Lopes, na apresentação da proposta, dirigiu-se ao então ministro do Planejamento, aceitando a impossibilidade de inserção completa do Espírito Santo na SUDENE:

O Espírito Santo compreende e aceita a inviabilidade de ser, a esta altura, incluído na área da SUDENE. Também compreende que é do mais alto interesse nacional que não se altere a legislação de incentivos destinados à execução da política de desenvolvimento do nordeste. Igualmente já não deseja nenhum tratamento que signifique drenar para seu território recursos de outras áreas que seriam destinados ao nordeste. Hoje, o que o Espírito Santo vem pedir ao Governo Federal é que, pelo menos, os recursos gerados no Espírito Santo sejam retidos aqui, para nos ajudar no esforço imenso de superação da crise. A fórmula é simples e irresponsável: o contribuinte do Imposto de Renda, pessoa física ou jurídica, residente ou sediado no Espírito Santo, poderá aplicar em projetos considerados de interesse para o desenvolvimento do estado<sup>20</sup>.

Na esteira desta inserção parcial do Espírito Santo na SUDENE, foi criado também o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES), o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FUNDAI) e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP)<sup>21</sup>. A respeito desta política de fundos, Arlindo Villaschi, Secretário de Planejamento do Espírito Santo em 1979, comenta:

[...] Em primeiro lugar, [a política de fundos] viabilizou a geração de fluxos de importação pelos portos capixabas, até então majoritariamente utilizados para exportações. [...] Em segundo lugar, o incentivo financeiro concedido as importações (financiando subsidiado do imposto de circulação de mercadorias – ICM), tinha

---

<sup>19</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste. Sua instituição envolveu a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo.

<sup>20</sup> ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 20.

<sup>21</sup> Em 10 de setembro de 1969, a Junta Militar, que havia substituído o Presidente Costa e Silva, assina o Decreto 880 que criava um fundo com recursos de Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Espírito Santo, nos mesmos percentuais concedidos ao Nordeste. Isso foi fundamental para os investimentos no Espírito Santo naquele momento, e especialmente, para a do FUNDAP (FELIPE et al. 2010, p. 12).

contrapartida a exigência de o beneficiado realizar direta ou indiretamente investimentos em projetos produtivos voltados para o desenvolvimento capixaba.”<sup>22</sup>

Ademais, através da lei 2.413/69, foi constituído o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), com a atribuição central de fornecer financiamento a programas e empresas que tivessem como objetivo o desenvolvimento estadual de médio e longo prazo.

Em outra dimensão, aprofundava-se a natureza técnica dada a formulação das políticas governamentais, o que refletia no aumento da distância entre o regime militar em âmbito federal e os legislativos estaduais. Foi neste ínterim que o segundo “biônico” da história do Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhart Santos (1971-1974), foi escolhido – escolhido, inclusive, em lista tríplice pelo Presidente Gen. Emílio Garrastazu Médici. Santos era oriundo dos quadros da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) e mantinha fortes relações com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

### **Grandes Projetos de Impacto (GP’s) e a ampliação da infraestrutura elétrica**

Nesta conjuntura de influência política e economia, foram implementados o que ficou conhecido como Grandes Projetos de Impacto (GP’s). Os GP’s ampliaram o papel da Companhia Vale do Rio Doce no desenvolvimento de vários setores da economia capixaba, além de agregarem os projetos de uma fábrica de celulose (Aracruz Celulose), portuária e logístico (integração com centro-oeste do país através do porto de Tubarão), naval (estaleiros) e turístico. Tal cenário fica explícito em entrevista dada por Arthur Carlos Gerhart Santos em 1974:

[...]Logo após minha posse, em conversa com o então ministro Delfim Neto, reforcei ainda mais a minha posição com referência aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de derramagem econômica, com a execução de projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isso porque, ela ficava isolada no panorama econômico do estado e seu efeito multiplicador era insuficiente para dinamizar a economia capixaba nos níveis desejados.”<sup>23</sup>

Assim, também a indústria de transformação no Espírito Santo, entre a década de 1960 e 1970, apresentou elevadas taxas de crescimento –

---

<sup>22</sup> Villaschi, Arlindo. Revisitando o tema Fundap. Blog de Economia Capixaba. Disponível em: <http://www.economiacapixaba.worldpress.com/2012/02/06/86/>. Acessado em 08/10/2020.

<sup>23</sup> SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno Grande Estado. Revista Espírito Santo Agora. Vitória, Ano III, n. 11, p. 10, fev. 1974.

acompanhando o aumento da participação da indústria nos setores da economia capixaba –, o que possibilitou um aumento significativo de sua participação na geração da renda estadual. A taxa média anual de crescimento da produção (15,8%) evidencia a grande dinamicidade do setor e sugere a extensão das alterações em suas dimensões, que de 1.600 estabelecimentos e 7.300 operários, em 1959, passou a 2.796 estabelecimentos e 28.681 operários em 1975 (ROCHA e MORANDI, 2012).

A partir deste momento, a industrialização capixaba caracterizou-se por significativa expansão dos gêneros tradicionais, sob o comando do capital nacional e internacional, que encontrou condições altamente favoráveis, tanto em termos de crescimento do mercado consumidor, quanto de disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros ofertados pelo estado.

Este cenário fez com que o abastecimento de energia elétrica pelo sistema da “nova” ESCELSA chegasse, em 1970, ao pico de 196763kw<sup>24</sup>, mais do que o planejado para o período, que era de 170.900kW. Agora, mais do que nunca, a expansão do sistema estava menos relacionada ao caráter regional da produção, e mais à interligação com sistema elétrico nacional e ao Plano 90, que concebeu vários projetos de geração de energia em larga escala, centralizados em determinadas regiões do país. O que possibilitava ao Espírito Santo, até aquele momento, assegurar um suprimento de energia completo para o todos os setores da economia, sem nenhum grande investimento em produção interna.

Adequa-se, assim, o interesse em manter a disponibilidade energética em benefício da produção planejada para os empreendimentos federais, como no caso da CVRD e da COFAVI; ou mesmo em empreendimentos privados, cujos investimentos eram definidos pela cúpula técnico-burocrática do governo militar federal, que ocupava os órgãos de decisão do planejamento e financiamento, como ocorreu com a Aracruz Celulose<sup>25</sup>.

Em 1974, o consumo industrial representava 21,4% do consumo total de energia elétrica do estado, e no ano seguinte conclui-se cinco estudos de

---

<sup>24</sup> Na primeira metade dos anos 1970 foi concluído o programa de conversão de frequência para 60 Hz e iniciada a interligação do sistema elétrico do Espírito Santo com o da Região Sudeste, concluída até o final da década (BITTENCOURT, 1987). A construção dessas três unidades proporcionou ao Espírito Santo a autossuficiência até meados da década.

<sup>25</sup> Segundo Silvestre e Rodrigues (2007), a primeira fábrica da Aracruz Celulose S/A surge após uma bem-sucedida negociação do grupo Lorentzen, da Noruega, Jakko Poyry, da Finlândia e Billerud-A.B. da Suécia, com a burocracia da ditadura militar do general Ernesto Geisel. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) financiou US\$ 337 milhões do total de US\$ 536 milhões do empreendimento, inaugurado com a presença do Presidente Geisel em 1978.

planejamento de um *Sistema Espírito Santo* com cronograma de obras até 1980, com o objetivo de atender ao mercado previsto de 656MW.

Com a predominância de projetos e recursos federais, a ESCELSA continua ampliando sua infraestrutura, em 1975, a capacidade de produção atinge aproximadamente 180,8 MW, compondo o Sistema ESCELSA neste ano: 11 usinas hidráulicas, 2 térmicas, 31 subestações, 1.555Km de linhas de transmissão, interligando-se ao sistema de Furnas pela subestação Cachoeiro de Itapemirim e de Minas Gerais pela subestação de Governador Valadares (BITTENCOURT, 1979, p. 79). No mesmo ano se termina, ainda, a interligação do Norte do Estado com o sistema da Região Sudeste e a troca da frequência para 60Hz<sup>26</sup>.

Paralelamente ao crescimento da infraestrutura elétrica, entre 1975 e 1980, outros setores da indústria de base e de transformação crescem à taxa média anual de 11,5%. O gênero que mais apresentou variação foi papel e papelão, que em 1975 tinha o peso irrelevante de 0,1% no valor total da produção industrial, e em 1980 aumentou para 11,5%, tornando-se o segundo mais importante – só superado por produtos alimentares, com 32,9%. Esse enorme crescimento estava atrelado, principalmente, à implantação da fábrica de celulose branqueada da Aracruz Celulose S/A, que entrou em operação no ano de 1979. Uma das maiores fábricas do ramo no Brasil, com capacidade nominal de produção de 475 mil t/ano e que destinava aproximadamente 80% da sua produção ao mercado externo.

### **Os governos Élcio Álvares e Eurico Resende**

Ainda em 1975, toma posse o terceiro governador biônico capixaba, Élcio Álvares (Arena). Álvares orbitava a antiga ala desenvolvimentista do PSD e representou a continuidade do caminho modernizador de Christiano Dias Lopes Filho e Arthur Carlos Gerhardt Santos. O I Plano de Desenvolvimento Estadual foi construído em seu governo, com um compromisso de continuidade com Grandes Projetos de Impacto (GP's).

A tônica principal do governo Élcio Álvares será a negociação política continuada com as elites políticas capixabas, o que tenta aglutinar, ao longo do seu governo, os anseios e os interesses destes grupos políticos em nome de um projeto convergente nacional (OLIVEIRA, 2018).

O setor siderúrgico foi o que recebeu maior atenção no governo Álvares. Sob a direção do governo federal, a Companhia Siderúrgica de Tubarão se

---

<sup>26</sup> Mesmo assim, o Espírito Santo chegaria à década de 1980 extremamente dependente do sistema nacional, com cerca de 30% da energia distribuída proveniente do Sistema Nacional Interligado (SNI) e o restante de geração de FURNAS, com parte incipiente de geração interna.

tornou uma sociedade de economia mista, ficando o governo brasileiro com 51% do capital social e a Fisinder, sociedade italiana e a Kawasaki Steel, japonesa, com 24,5% das ações cada. Esta seria a terceira grande empresa de expressão internacional do Espírito Santo, depois da CVRD e da Aracruz Celulose.

No plano da administração estadual, uma das suas principais ações foi tornar mais dinâmica as bases do sistema de planejamento, extinguindo o CODEC e marcando o início do funcionamento do Sistema Estadual de Planejamento do Espírito Santo, através da Lei n.3043, de 31 de dezembro de 1975. E assim foi criada a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), com a formação de um corpo técnico e recrutando profissionais de outros órgãos da administração pública direta e indireta.

Por este caminho, foi criada também a Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN), para auxiliar os estudos da SEPLAN, com a elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.

A criação da Fundação Jones, foi ainda uma iniciativa no sentido para dar à administração pública local as condições técnico-científicas e financeiras para pesquisa dos problemas com que se deparava o estado. É possível dizer, portanto, que é a partir do governo Álvares que as técnicas de planejamento no Espírito Santo aprofundaram sua importância dentro da máquina estatal.

A criação da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) permitiu também a construção de programas setoriais e planejados, viabilizando ações qualitativas e quantitativas a prazo, por meio de estudos técnicos mais aprofundados, de acordo com às particularidades históricas e geográficas capixabas. Serviu também como instrumento de pressão junto ao Governo Federal, uma vez que seria possível pedir à União os recursos complementares necessários, a partir dos estudos e diagnósticos produzidos.

Relevante destacar que a política formulada por Elcio Alvares esteve também direcionada a interiorização com o objetivo de descentralizar os projetos do entorno de Vitória, direcionando recursos para a eletrificação rural, telefonia, infraestrutura viária e moradia rural.

Esta guinada ao interior tem a ver com alguns aspectos. O primeiro deles refere-se ao enorme crescimento populacional da Região metropolitana de Vitória (Grande Vitória), que entre as décadas de 1960 e 1980 registrou um aumento de 356,22%, passando de 198.265 para 706.263<sup>27</sup>. A ideia era diminuir a migração das áreas rurais para a região metropolitana. Já o segundo

---

<sup>27</sup> Dados Adaptados e de construção própria obtidos de FIBGE, Censo Demográfico do ES.

relaciona-se à estreita relação de Alvarez com as elites agroexportadoras capixabas, que se mantinham subalternas ao desenvolvimento industrial desde a década de 1960. Estas dependiam dos recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (FUNRES), que incentivava projetos agropecuários, mas que não propunha uma reforma agrária ou alteração na estrutura fundiária. Houve, neste ponto, a retomada da expansão da lavoura cafeeira, a primeira após a crise do café e erradicação dos cafezais da década de 1960. Agora, em moldes empresariais e com modernização tecnológica.

Por sua vez, o governador biônico sucessor de Alvares, Eurico Resende (ARENA), que irá governar entre 1979 e 1983, tenderá ao aprofundamento em relação ao planejamento estadual e a sua política econômica. Em 27 de outubro de 1980, por meio do Decreto n.1.469-N, todas as fundações estaduais são remodeladas, transformando-se em autarquias. Dentre elas, a Fundação Jones dos Santos Neves, que passa a se chamar Instituto Jones dos Santos Neves.

Tal decreto foi uma tentativa de reorientar os recursos internos para novas frentes e estimular a captação de capitais no exterior, um mecanismo criado com o propósito de dinamizar a expansão industrial e maximizar os lucros dos setores tradicionais da economia local. Porém, a ideia de um sistema estadual de planejamento só se concretizou no texto da lei, pois na prática isso não aconteceu. Isto é observado através do papel que deveria exercer a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) no planejamento estadual, tendo como subordinados o Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (BANDES) e o Instituto Jones dos Santos Neves. Não houve qualquer controle administrativo efetivo da Seplan sobre estes órgãos, restando ao Instituto produzir estudos, projetos e programas, não sendo possível sedimentar o planejamento estadual como o desenhado por Resende.

## **Conclusão**

É possível dizer que o planejamento relacionado ao desenvolvimento econômico e a planificação no setor de energia elétrica no período do Regime Militar (1964-1985) ajudaram a consolidar o espaço de atuação do Estado e o contexto da industrialização, subordinando os projetos de desenvolvimento econômico regionais, aos nacionais. Além disso, é importante apontar que a sinergia – ou simbiose – entre um projeto de desenvolvimento nacional e o setor elétrico no país, que se relacionou justamente a evolução destas capacidades estatais no território nacional e a sua intervenção na atividade econômica, principalmente sob o julgo militar.

Sob este aspecto, esta pesquisa aponta para além da importância já reconhecida da Eletrobrás e do BNDE para a consolidação do setor elétrico

nacional nas décadas de 1960, 1970 e 1980, indicando singularidades importantes a respeito do papel das empresas regionais na consolidação do projeto de desenvolvimento nacional, tanto pelo viés econômico, quanto pelo político.

A esse respeito, algumas questões podem ser notadas. Primeiro, a relevância dos projetos das elites políticas sobre os projetos de desenvolvimento econômico regionais, cruciais para a consolidação dos projetos industriais e da infraestrutura de energia elétrica. Por outro lado, se mostra igualmente relevante a influência do ambiente federativo na configuração das estratégias destas mesmas elites para execução dos seus projetos.

É possível dizer que o setor elétrico, sendo eletricidade um dos principais insumos para o desenvolvimento industrial, adquire um papel central no contexto político-econômico, mobilizando as articulações em torno da consolidação de suas instituições, como a ECELISA e sendo protagonista das transformações que o estado do Espírito Santo passava naquele momento.

Podemos apontar, neste sentido, a importância da chegada de Christiano Dias Lopes ao governo capixaba, da consolidação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), e da construção dos demais aparelhos e projetos estatais – como instituições de planejamento e fundos de financiamento econômico – como protagonistas da articulação e promoção das ideias de modernização estatal e econômica.

### Referências bibliográficas

- BARRINGTON Moore JR. 1983. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Ed. Martins Fontes.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. 1987. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. 1997. *Mauro Thibau: A trajetória de um ministro*. Eletrobrás, Rio de Janeiro.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. 2007. *Caminhos da Modernização: cronologia da Energia Elétrica no Brasil (1879-2007)*. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Eletrobrás, Rio de Janeiro.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. 1995. *Ciclo de Palestras: A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil*. Memória da Eletricidade no Brasil; Coordenação Renato Feliciano Dias. Eletrobrás, Rio de Janeiro.

- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. 1995. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica*. Do código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro.
- CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line*: Élcio Álvares. Rio de Janeiro, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvares-elcio>
- DINIZ, Eli. 2010. *Empresariado industrial, representação de interesses e ação política*: trajetória histórica e novas configurações. *Política e Sociedade*, Florianópolis, vol. 9, n. 17, pp. 101-139.
- ESPÍRITO SANTO (ESTADO). 1967. *Estado do Espírito Santo tem um novo governador*: discurso.
- ECELSA. 1973. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. Vitória, 12 de novembro de 1973.
- ECELSA. 1965. *Relatório da Diretoria*.
- FELIPE, E. S.; VILLASCHI FILHO, A.; OLIVEIRA, U. J. 2010. *Aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo*: a crise econômica da década de 1960, o consenso de necessidades e o governo Cristiano Dias Lopes (1967-1971). *Anais do I Encontro de Economia do Espírito Santo*, Vitória.
- LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.
- MEDEIROS, Antônio Carlos. 1997. *Espírito Santo*: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Ueber José de. 2018. *Elites Capixabas no golpe de 1964*: bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982). Serra: Editora Milfontes.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. 2012. *Cafeicultura e grande indústria*: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Espírito Santo em Ação.
- RAPOSO, Eduardo. 2011. *Banco Central do Brasil*: o leviatã ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- SILVA, Marta Zorzal de. 1986. *Espírito Santo*: Estado, interesses e poder. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

- SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. 1974. O Pequeno Grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*. Ano III, n. 11, p. 10.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. 2015. *Brasil: uma biografia*. Companhia das Letras. São Paulo.
- VILLASCHI, Arlindo. 2012. *Revisitando o tema Fundap*. Blog de Economia Capixaba. Disponível em: <http://www.economiacapixaba.wordpress.com//02/06/86/>. Acessado em 08/10/2020.